

# SUMÁRIO

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

RESUMO DOS PRINCIPAIS TÓPICOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL .....	53
1. CONSTITUIÇÃO: CONCEITO; CLASSIFICAÇÕES; ESTRUTURA .....	53
1.1. CONCEITO .....	53
1.2. NEOCONSTITUCIONALISMO .....	54
1.3. PRINCIPAIS CLASSIFICAÇÕES .....	54
1.4. ESTRUTURA E ELEMENTOS .....	55
2. APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS .....	56
3. INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS: MÉTODOS E PRINCÍPIOS. ....	57
3.1. MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL .....	57
3.2. PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL .....	58
3.3. A SOCIEDADE ABERTA DOS INTÉRPRETES DA CONSTITUIÇÃO .....	59
4. PODER CONSTITUINTE .....	59
4.1. PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO (PCO) .....	59
4.2. PODER CONSTITUINTE DERIVADO OU SECUNDÁRIO .....	60
4.2.1. PODER CONSTITUINTE DERIVADO DECORRENTE .....	60
4.2.2. PODER CONSTITUINTE DERIVADO REFORMADOR .....	60
4.2.2.1. REQUISITOS .....	60
4.2.3. PODER CONSTITUINTE DERIVADO REVISOR .....	61
4.3. PODER CONSTITUINTE DIFUSO .....	61
4.4. PODER CONSTITUINTE SUPRANACIONAL .....	61
5. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 1º AO 4º DA CF/88) .....	62
6. A CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA (MARCELO NEVES) .....	63

7.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....	63
7.1.	MOMENTOS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....	64
7.2.	SISTEMAS .....	64
7.3.	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – ADI .....	66
7.4.	AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE – ADC OU ADECON ....	68
7.5.	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO – ADO .....	68
7.6.	ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL – ADPF .....	69
7.7.	ADI INTERVENTIVA OU REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDA- DE INTERVENTIVA .....	70
8.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ABSTRATO NO PLANO ESTADUAL ....	71
8.1.	OBJETO: APENAS LEI OU ATO NORMATIVO ESTADUAL OU MUNICIPAL ..	71
8.2.	LEGITIMADOS .....	71
8.3.	NORMAS DE REPRODUÇÃO OBRIGATÓRIA .....	72
8.4.	ADIS SIMULTÂNEAS ( <i>SIMULTANEUS PROCESSUS</i> ) .....	72
9.	ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL É FORMADA PELA UNIÃO INDISSOLÚVEL DOS ESTADOS E MUNICÍ- PIOS E DO DF (ART. 1º DA CF) .....	73
9.1.	ESTADO FEDERAL BRASILEIRO .....	73
9.2.	REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS .....	73
9.3.	INTERVENÇÃO NOS ESTADOS E NOS MUNICÍPIOS .....	76
10.	ORGANIZAÇÃO DOS PODERES NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....	77
10.1.	PODER EXECUTIVO .....	77
10.2.	PODER LEGISLATIVO .....	79
10.3.	PODER JUDICIÁRIO .....	83
11.	DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS (TÍTULO II DA CF) .....	90
11.1.	CONCEITO .....	90
11.2.	EVOLUÇÃO (GERAÇÕES OU DIMENSÕES DOS DIREITOS FUNDAMEN- TAIS) .....	90
11.3.	CARACTERÍSTICAS .....	91
11.4.	TITULARIDADE E DESTINATÁRIOS .....	91
11.5.	LIMITES .....	92
11.6.	DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF) ...	92
11.7.	FEDERALIZAÇÃO DE CRIMES GRAVES CONTRA OS DIREITOS HUMA- NOS .....	96
11.8.	DOS DIREITOS SOCIAIS (ARTS. 6º AO 11 DA CF) .....	96

11.9. DIREITOS DE NACIONALIDADE .....	98
11.10. DOS DIREITOS POLÍTICOS E DOS PARTIDOS POLÍTICOS .....	98
12. REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS .....	100
12.1. MANDADO DE SEGURANÇA (ART. 5º, LXIX E LXX, DA CF E LEI Nº 12.016/09) .....	100
12.1.1. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO .....	100
12.1.2. LIMINAR EM MS .....	101
12.1.3. PRINCIPAIS SÚMULAS E JULGADOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES .....	101
12.2. MANDADO DE INJUNÇÃO (ART. 5º, LXXI, DA CF E LEI Nº 13.300/2016) .....	102
12.2.1. LEGITIMADOS .....	102
12.2.2. MI COLETIVO .....	102
12.2.3. MI E TUTELA DE URGÊNCIA .....	103
12.2.4. EFICÁCIA DA DECISÃO EM MI .....	103
12.2.5. ADVENTO DA NORMA REGULAMENTADORA .....	103
12.3. HABEAS DATA (ART. 5º, LXXII, DA CF E LEI Nº 9.507/97) .....	104
12.4. HABEAS CORPUS (ART. 5º, LXVIII, DA CF E CPP) .....	104
12.5. AÇÃO POPULAR (ART. 5º, LXXIII, DA CF E LEI Nº 4.717/1965) .....	105
12.5.1. LEGITIMIDADE ATIVA .....	105
12.5.2. OBJETIVO .....	105
12.5.3. ASPECTOS PROCESSUAIS .....	105
12.6. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – ACP (ART. 129, III, DA CF E LEI Nº 7.347/85) .....	105
13. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA .....	106
13.1. DA DEFENSORIA PÚBLICA NA CF/88 .....	106
13.2. DA DEFENSORIA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS .....	107

## **DIREITOS HUMANOS**

1. TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS .....	111
1.1. CONCEITO DE DIREITOS HUMANOS. DISTINÇÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS .....	111
1.2. FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DOS DIREITOS HUMANOS .....	111
1.3. TIPOLOGIA DOS DIREITOS HUMANOS .....	111
1.4. FONTES DOS DIREITOS HUMANOS .....	112
1.5. CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS .....	113
1.6. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS .....	115
1.7. GERAÇÕES (OU DIMENSÕES) DOS DIREITOS HUMANOS .....	117
1.8. A INTERPRETAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS .....	118
2. DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS (DIDH) .....	118

2.1.	PRECEDENTES HISTÓRICOS DO DIDH .....	118
2.2.	SISTEMA GLOBAL E SISTEMAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS .....	120
2.3.	MECANISMOS GLOBAIS CONVENCIONAIS E NÃO CONVENCIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS .....	120
2.4.	A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DOS ESTADOS EM CASOS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS .....	121
2.5.	A EXECUÇÃO DE DECISÕES ORIUNDAS DE TRIBUNAIS INTERNACIONAIS NO BRASIL .....	122
2.6.	MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS NO PLANO INTERNACIONAL .....	122
2.7.	SUBSIDIARIEDADE DA ATUAÇÃO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA RESPONSABILIZAÇÃO DOS ESTADOS PELA VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE PARA O RECEBIMENTO DAS DENÚNCIAS NO PLANO INTERNACIONAL .....	123
3.	O SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS .....	124
3.1.	A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) .....	124
3.1.1.	A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH) DE 1948 .....	124
3.1.2.	A DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS (“INTERNATIONAL BILL OF RIGHTS”) DE 1966. O PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP) E O PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC) .....	125
3.2.	O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (TPI) .....	127
3.3.	INSTRUMENTOS NORMATIVOS ESPECÍFICOS DO SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS .....	128
3.3.1.	CONVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO E PUNIÇÃO AO CRIME DE GENOCÍDIO .....	128
3.3.2.	CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS E O PROTOCOLO FACULTATIVO SOBRE O ESTATUTO DOS REFUGIADOS .....	129
3.3.3.	CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL .....	130
3.3.4.	CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER E O SEU PROTOCOLO FACULTATIVO .....	131
3.3.5.	CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES E O SEU PROTOCOLO FACULTATIVO .....	132
3.3.6.	CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA E OS SEUS PROTOCOLOS FACULTATIVOS .....	133

3.3.7.	CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O SEU PROTOCOLO FACULTATIVO .....	134
3.3.8.	CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE TODOS OS TRABALHADORES MIGRANTES E DOS MEMBROS DAS SUAS FAMÍLIAS .....	135
3.3.9.	DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS .....	135
3.3.10.	A DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE O AMBIENTE HUMANO .....	136
3.3.11.	CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA .....	140
4.	O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS .....	140
4.1.	A CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SAN JOSE DA COSTA RICA) .....	140
4.2.	O PROTOCOLO DE SAN SALVADOR .....	141
4.3.	A COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS .....	142
4.3.1.	COMPOSIÇÃO, FUNÇÕES E MECANISMOS DE MONITORAMENTO .....	142
4.3.2.	REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DAS DENÚNCIAS FEITAS À COMISSÃO .....	143
4.3.3.	MEDIDAS CAUTELARES .....	144
4.3.4.	O PROCESSAMENTO DO FEITO PERANTE A COMISSÃO .....	144
4.4.	CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS .....	145
4.5.	BREVE SUMÁRIO DOS JULGAMENTOS DE CASOS BRASILEIROS LEVADOS À CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS .....	147
4.6.	INSTRUMENTOS NORMATIVOS ESPECÍFICOS DO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS .....	148
4.6.1.	PROTOCOLO À CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS REFERENTE À ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE .....	148
4.6.2.	CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR E PUNIR A TORTURA .....	148
4.6.3.	CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ) .....	149
4.6.4.	CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE O DESAPARECIMENTO FORÇADO DE PESSOAS .....	152
4.6.5.	CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA .....	153
4.6.6.	CARTA DEMOCRÁTICA DA OEA .....	154
5.	OS DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO .....	159
5.1.	A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E OS DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 .....	159

5.2.	A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS. TEORIAS MONISTA E DUALISTA. A HIERARQUIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS .....	160
5.3.	CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE .....	162
5.4.	A FEDERALIZAÇÃO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS (INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA – IDC) .....	163
5.5.	A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE .....	163
6.	DIREITOS HUMANOS DAS MINORIAS E DE VÍTIMAS DE INJUSTIÇAS HISTÓRICAS .....	166
6.1.	POVOS INDÍGENAS .....	166
6.2.	POPULAÇÃO NEGRA .....	169
6.3.	QUILOMBOLAS .....	171
6.4.	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA .....	174
6.5.	IDOSO .....	177
6.6.	LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS E TRANSGÊNEROS: O DIREITO À IDENTIDADE DE GÊNERO .....	179
7.	O ACESSO À JUSTIÇA NO ÂMBITO INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS. AS “100 REGRAS DE BRASÍLIA” SOBRE ACESSO À JUSTIÇA DAS PESSOAS EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE .....	183

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

1.	INTRODUÇÃO .....	189
1.1.	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO .....	190
2.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA .....	205
2.1.	PRINCÍPIOS .....	206
2.2.	PRESTAÇÃO DA ATIVIDADE PÚBLICA .....	206
2.2.1.	ADMINISTRAÇÃO DIRETA .....	207
2.2.2.	ÓRGÃOS PÚBLICOS .....	207
2.2.3.	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA .....	208
2.2.3.1.	AUTARQUIAS .....	210
2.2.3.2.	AUTARQUIAS PROFISSIONAIS .....	212
2.2.3.3.	AUTARQUIAS EM REGIME ESPECIAL .....	213
2.2.3.4.	FUNDAÇÕES PÚBLICAS .....	214
2.2.3.5.	FUNDAÇÕES PÚBLICAS DE DIREITO PRIVADO .....	214
2.2.3.6.	FUNDAÇÕES PÚBLICAS DE DIREITO PÚBLICO .....	215
2.2.3.7.	EMPRESAS ESTATAIS .....	215
2.2.4.	CONSÓRCIOS PÚBLICOS .....	217

3.	PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	219
3.1.	USO E ABUSO DE PODER .....	220
3.2.	DISCRICIONARIEDADE E VINCULAÇÃO .....	220
3.3.	CONTROLE JUDICIAL DA ATIVIDADE ADMINISITRATIVA DISCRICIONÁ- RIA .....	220
3.4.	PODERES ADMINISTRATIVOS .....	221
4.	ATOS ADMINISTRATIVOS .....	230
4.1.	ATOS VINCULADOS E ATOS DISCRICIONÁRIOS .....	231
4.2.	ELEMENTOS OU REQUISITOS DO ATO ADMINISTRATIVO .....	232
4.3.	ATRIBUTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS .....	237
4.4.	ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS .....	242
4.5.	EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS .....	248
5.	PROCESSO ADMINISTRATIVO .....	254
5.1.	FINALIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO .....	255
5.2.	PRINCÍPIOS APLICAVEIS AO PROCESSO ADMINISTRATIVO .....	256
5.3.	FASES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO .....	258
6.	LICITAÇÃO .....	261
6.1.	PRINCÍPIOS NORTEADORES DA LICITAÇÃO .....	262
6.2.	TIPOS DE LICITAÇÃO .....	263
7.	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS .....	281
7.1.	GARANTIA .....	284
7.2.	CLÁUSULAS EXORBITANTES .....	286
7.3.	ALTERAÇÃO CONTATUAL POR VONTADE DAS PARTES .....	288
7.4.	EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO .....	289
7.5.	DURAÇÃO .....	290
7.6.	FORMAS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO .....	291
7.7.	CONVÊNIOS .....	292
8.	SERVIÇOS PÚBLICOS .....	297
8.1.	ADMINISTRAÇÃO DIALÓGICA .....	299
8.2.	PRINCÍPIOS .....	299
8.3.	FORMAS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO .....	301
8.4.	DELEGAÇÃO CONTRATUAL DE SERVIÇOS .....	302
8.5.	CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS .....	302
8.6.	PARCERIA PÚBLICO PRIVADA .....	307
8.7.	PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO .....	309
8.8.	AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO .....	309

9. BENS PÚBLICOS .....	314
10. AGENTES PÚBLICOS .....	324
10.1. CLASSIFICAÇÃO DE AGENTES .....	325
10.2. CARGO PÚBLICO, EMPREGO PÚBLICO E FUNÇÃO PÚBLICA .....	328
10.3. ESTABILIDADE .....	334
10.4. PROVIMENTO .....	336
10.5. PENALIDADES .....	338
10.6. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	339
11. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR .....	355
11.1. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PROPRIAMENTE DITO (PAD) .....	356
11.2. IMPUGNAÇÕES ADMINISTRATIVAS DO JULGAMENTO .....	358
12. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO .....	359
12.1. HISTÓRICO: EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO .....	359
12.2. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 .....	360
12.3. AGENTES DA RESPONSABILIDADE CIVIL .....	360
12.4. RESPONSABILIDADE OBJETIVA .....	361
12.5. TEORIAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO .....	362
12.6. RESPONSABILIDADE POR OMISSÃO DO ESTADO .....	363
12.7. RESPONSABILIDADE POR OMISSÃO E TEORIA DO RISCO CRIADO (RIS- CO SUCITADO) .....	363
12.8. INDENIZAÇÃO .....	364
12.9. EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE DO ESTADO .....	364
12.10. RESPONSABILIDADE DO AGENTE PÚBLICO .....	365
12.11. DENUNCIÇÃO À LIDE DO AGENTE PÚBLICO .....	365
12.12. DOLO E ERRO GROSSEIRO .....	365
12.13. PRAZO PRESCRICIONAL .....	366
13. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE .....	367
13.1. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS .....	368
13.2. MODALIDADES DE INTERVENÇÃO .....	368
14. DESAPROPRIAÇÃO – ASPECTOS GERAIS .....	369
14.1. DESAPROPRIAÇÃO COMUM .....	370
14.2. DESAPROPRIAÇÃO ESPECIAL URBANA .....	371
14.3. DESAPROPRIAÇÃO ESPECIAL RURAL .....	372
14.4. DESAPROPRIAÇÃO CONFISCO .....	373
14.5. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO .....	375
14.6. DA IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE .....	376

14.7. DA CORREÇÃO MONETÁRIA .....	377
14.8. DOS JUROS COMPENSATÓRIOS .....	377
14.9. DOS JUROS MORATÓRIOS .....	377
14.10. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS .....	377
14.11. DA AÇÃO DE DESPROPRIAÇÃO RURAL .....	378
14.12. DA DESPROPRIAÇÃO PRIVADA .....	379
14.13. DA DESPROPRIAÇÃO INDIRETA .....	379
14.14. DO DIREITO DE EXTENSÃO .....	380
14.15. DA TREDESTINAÇÃO E RETROCESSÃO .....	381
14.16. DA DESAPROPRIAÇÃO POR ZONA .....	381
14.17. DA DESAPROPRIAÇÃO DE DOMÍNIO ÚTIL .....	382
14.18. DA LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA .....	382
14.19. DA SERVIDÃO ADMINISTRATIVA .....	383
14.20. DA SERVIDÃO ADMINISTRATIVA X DA SERVIDÃO CIVIL .....	384
14.21. TOMBAMENTO .....	385
14.22. TOMBAMENTO X SERVIDÃO ADMINISTRATIVA .....	388
14.23. REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA .....	388
14.24. OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA .....	388
15. ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO .....	391
15.1. O ESTADO REGULADOR E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO NORMATIVA .....	392
15.2. A ORDEM ECONÔMICA E SEUS FUNDAMENTOS .....	392
15.2.1. FUNDAMENTOS .....	392
15.2.2. PRINCÍPIOS DA ORDEM ECONÔMICA .....	393
15.3. FORMAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO .....	393
15.3.1. ESTADO REGULADOR .....	393
15.3.2. COMPETÊNCIAS PARA INTERVENÇÃO .....	394
15.3.3. ESTADO EXECUTOR .....	394
15.4. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS PELO ESTADO .....	395
15.4.1. SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO .....	395
15.4.2. ENTIDADES DE APOIO .....	395
15.4.3. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (OS) .....	396
15.4.4. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIP) .....	397
15.4.5. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) .....	397
15.4.5.1. CHAMAMENTO PÚBLICO .....	398
15.4.5.2. DO TERMO DE COLABORAÇÃO E DO TERMO DE FO- MENTO .....	398

15.4.5.3.	PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL .....	399
15.4.5.4.	DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO .....	399
15.4.5.5.	REQUISITOS PARA CELEBRAR PARCERIAS .....	399
15.4.5.6.	LIBERAÇÃO DE RECURSOS PELO ENTE ESTATAL E SUA APLICAÇÃO .....	400
54.4.5.7.	GASTOS EFETIVADOS PELA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL .....	401
15.4.5.8.	PRESTAÇÃO DE CONTAS .....	401
15.4.5.9.	RESPONSABILIZAÇÃO DA OSC E APLICAÇÃO DE PENALIDADE .....	401
16.	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	402
16.1.	CLASSIFICAÇÕES .....	403
16.2.	CONTROLE ADMINISTRATIVO .....	405
16.3.	CONTROLE LEGISLATIVO .....	407
16.4.	CONTROLE JUDICIAL .....	409
17.	ATIVIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA .....	420

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

1.	CONCEITO DE TRIBUTO .....	425
1.1.	PARA TRIBUTOS FEDERAIS .....	425
2.	CARACTERÍSTICAS DO TRIBUTO .....	429
2.1.	VINCULADOS OU NÃO-VINCULADOS .....	429
2.1.1.	FISCAIS, EXTRAFISCAIS E PARAFISCAIS .....	429
2.1.2.	REAIS E PESSOAIS .....	429
2.2.	ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS .....	430
3.	ESPÉCIES DE TRIBUTOS .....	431
3.1.	IMPOSTO (ART. 16 CTN E ART. 145, I, CF) .....	431
3.2.	TAXAS (ART. 145, II, CF E ARTS. 77 A 79 DO CTN) .....	431
3.3.	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (ART. 145, III, CF E ARTS. 81 E 82, CTN) .....	434
3.4.	EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO (ART. 148, CF E ART. 15, CTN) .....	435
3.5.	CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS (ARTS. 149, 149-A E 195, CF) .....	436
4.	COMPETÊNCIA E CAPACIDADE TRIBUTÁRIA .....	437
4.1.	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA .....	437
4.1.1.	ESPÉCIES DE COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA .....	437

4.2.	COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE O DIREITO TRIBUTÁRIO .....	437
4.3.	COMPETÊNCIA X CAPACIDADE TRIBUTÁRIA ATIVA .....	438
5.	REPARTIÇÃO DE RECEITAS .....	438
6.	FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA .....	440
6.1.	FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO .....	440
6.1.1.	FONTES PRIMÁRIAS (PRINCIPAIS) .....	440
6.1.2.	FONTES SECUNDÁRIAS (COMPLEMENTARES) .....	440
6.2.	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA .....	440
6.2.1.	CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....	441
6.2.2.	EMENDAS CONSTITUCIONAIS .....	441
6.2.3.	LEI COMPLEMENTAR .....	441
6.2.4.	LEI ORDINÁRIA .....	442
6.2.5.	MEDIDA PROVISÓRIA .....	442
6.2.6.	TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS .....	442
6.2.7.	DECRETOS .....	442
6.2.8.	LEIS DELEGADAS .....	442
6.2.9.	RESOLUÇÕES .....	443
6.2.10.	ATOS NORMATIVOS .....	443
6.2.11.	DECISÕES ADMINISTRATIVAS .....	443
6.2.12.	PRÁTICAS REITERADAS .....	443
6.2.13.	DECISÕES JUDICIAIS .....	443
6.2.14.	CONVÊNIOS .....	443
6.2.15.	NORMAS COMPLEMENTARES .....	444
7.	VIGÊNCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. ....	444
7.1.	VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA .....	444
7.2.	APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA .....	444
7.3.	INTERPRETAÇÃO DA LEI TRIBUTÁRIA .....	445
7.4.	INTEGRAÇÃO DA LEI TRIBUTÁRIA .....	445
8.	LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR .....	446
8.1.	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE (ART. 150, I DA CF) .....	446
8.2.	PRINCÍPIO DA ISONOMIA (150, II, CF) .....	447
8.3.	PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA (ART. 145, §1º, CF) .....	448
8.3.1.	PROGRESSIVIDADE NO IPTU .....	449
8.3.2.	SELETIVIDADE .....	449
8.4.	PRINCÍPIO DA UNIFORMIDADE GEOGRÁFICA (ART. 151, I, CF) .....	450
8.5.	PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE (ART. 150, III, B E C, CF) .....	450

8.5.1.	ANTERIORIDADE GERAL (OU DE EXERCÍCIO) .....	450
8.5.2.	ANTERIORIDADE NONAGESIMAL (MITIGADA OU NOVENTENA) .....	451
8.5.2.1.	EXCEÇÃO DA NOVENTENA DE FIM DO ANO (APLICAÇÃO EXCLUSIVA DA ANTERIORIDADE GERAL) .....	452
8.6.	PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO CONFISCO (ART. 150, IV, CF) .....	452
8.7.	PRINCÍPIO DA LIBERDADE DE TRÁFEGO (ART. 150, V, CF) .....	453
8.8.	PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DA LEI TRIBUTÁRIA (ART. 150, III, A, CF) .....	453
9.	IMUNIDADES .....	455
9.1.	NÃO INCIDÊNCIA .....	455
9.2.	ISENÇÃO .....	455
9.3.	ALÍQUOTA ZERO .....	455
9.4.	IMUNIDADE .....	455
9.4.1.	IMUNIDADE RECÍPROCA (150, VI, A, CF) .....	456
9.4.2.	IMUNIDADE DOS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO (ART.150, VI, B, CF) .....	457
9.4.3.	IMUNIDADE DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS SEM FINS LUCRATIVOS (ART. 150, VI, C, CF) .....	457
9.4.4.	IMUNIDADE DAS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS (ART. 150, VI, C, CF) .....	458
9.4.5.	IMUNIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 150, VI, 'C' DA CF) .....	458
9.4.6.	IMUNIDADE DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES (ART. 150, VI, C, CF) .....	459
9.4.7.	IMUNIDADE CULTURAL (ART. 150, VI, D, CF) .....	459
9.4.8.	IMUNIDADE DE MÍDIA ÁUDIO VISUAL PRODUZIDA NO BRASIL (ART. 150, VI, E, CF) .....	460
9.5.	IMUNIDADES ESPECÍFICAS (OU ESPECIAIS) .....	461
9.5.1.	IMUNIDADE DO ITR (ARTIGO 153, §4º, II DA CF) .....	461
9.5.2.	IMUNIDADE DO ITBI (ART. 156, §2º, II, CF) .....	461
9.5.3.	IMUNIDADE DO IPI (ART. 153, §3º DA CF) .....	462
9.5.4.	IMUNIDADE DO ICMS (ART. 155, X, CF) .....	462
9.5.5.	IMUNIDADE DO IOF (ART. 153, §5º DA CF) .....	463
10.	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS .....	463
10.1.	OBRIGAÇÃO PRINCIPAL .....	464
10.2.	OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA .....	464

11. REGRA MATRIZ DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA .....	465
11.1. ASPECTO MATERIAL .....	465
11.2. ASPECTO QUANTITATIVO .....	466
11.3. ASPECTO ESPACIAL .....	466
11.4. ASPECTO TEMPORAL .....	466
11.5. ASPECTO PESSOAL .....	467
12. EVASÃO, ELISÃO E ELUSÃO FISCAL .....	467
12.1. EVASÃO FISCAL .....	467
12.2. ELISÃO FISCAL .....	468
12.3. ELUSÃO FISCAL .....	468
13. SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA (ARTS. 124 E 125, CTN) .....	468
13.1. SOLIDARIEDADE EM CASOS DE ISENÇÃO E REMISSÃO PESSOAL .....	469
14. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA PASSIVA (ART. 126 DO CTN) .....	470
15. DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO (ART. 127, CTN) .....	471
16. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA (ARTS. 128 A 137, CTN) .....	472
16.1. RESPONSABILIDADE POR SUBSTITUIÇÃO (ART. 128, CTN) .....	472
16.1.1. SUBSTITUIÇÃO PARA TRÁS .....	473
16.1.2. SUBSTITUIÇÃO PARA FRENTE .....	474
16.2. RESPONSABILIDADE POR TRANSFERÊNCIA (ART. 131, I, CTN) .....	474
16.3. RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES (ARTS. 129 A 133, CTN) .....	474
16.4. RESPONSABILIDADE POR TRANSFORMAÇÃO EMPRESARIAL (ART. 132, CTN) .....	475
16.5. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS (ARTS. 134, VII E 135, CTN) .....	476
16.6. RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS (ART. 134, CTN) .....	476
16.7. RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÃO (ARTS. 136 E 137, CTN) .....	477
16.8. DENÚNCIA ESPONTÂNEA (ART. 138, CTN) .....	477
17. CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ART. 140 E 141, CTN) .....	478
18. GARANTIAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....	478
18.1. ORDEM DE PREFERÊNCIA (PRIVILÉGIOS) DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ARTS. 183 A 193, CTN) .....	480
18.1.1. SEM RECUPERAÇÃO JUDICIAL: (A EMPRESA ESTÁ COM DIFICULDADE FINANCEIRA, PORÉM AINDA NÃO HÁ NENHUM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO OU FALÊNCIA EM TRÂMITE), A ORDEM DE CRÉDITOS A SEREM PAGOS .....	480
18.1.2. COM RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....	480
19. SUSPENSÃO, EXCLUSÃO E EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....	481
19.1. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ARTS. 175 A 182, CTN) .....	481
19.1.1. ANISTIA (ARTS. 175, 180 E 182, CTN) .....	481

19.1.2. ISENÇÃO (ARTS.176, 178 E 104, CTN) .....	481
19.1.2.1. ISENÇÃO POR TEMPO INDETERMINADO .....	482
19.1.2.2. ISENÇÃO POR TEMPO DETERMINADO .....	482
19.1.2.3. ISENÇÃO CONDICIONAL (ONEROSA) .....	482
19.2. SUSPENSÃO DE EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ART.151, CTN) .....	482
19.2.1. MORATÓRIA (ART. 151, I, 152 A 155 DO CTN) .....	483
19.2.2. PARCELAMENTO (ART. 151, VI, 155-A, CTN) .....	483
19.2.3. DEPÓSITO DO MONTANTE INTEGRAL (ART. 151, II, CTN) .....	483
19.2.4. RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA (ART. 151, III, CTN) .....	483
19.2.5. LIMINAR OU TUTELAS ANTECIPADAS (ARTS. 151, IV E V DO CTN) .....	484
19.3. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ART. 156, CTN) .....	484
19.3.1. PAGAMENTO .....	484
19.3.2. PAGAMENTO ANTECIPADO (ART. 156, VII, CTN) .....	484
19.3.3. COMPENSAÇÃO (ARTS.156, II, 170 E 170-A, CTN) .....	484
19.3.4. TRANSAÇÃO (ARTS. 156, III E 171, CTN) .....	484
19.3.5. REMISSÃO (ARTS. 155, 156, IV, 172, CTN) .....	485
19.3.6. CONVERSÃO DO DEPÓSITO EM RENDA (ART.156, VI, CTN) .....	485
19.3.7. TRÂNSITO EM JULGADO (ART. 156, IX E X, CTN) .....	485
19.3.8. DAÇÃO EM PAGAMENTO (ART. 156, XI, CTN) .....	485
19.3.9. DECADÊNCIA (ARTS. 150, § 4º, 156, V, 173, I, CTN) .....	485
19.3.10. PRESCRIÇÃO (ART. 156, V, 174, CTN E 40, § 4º, LEF) .....	486
19.3.10.1. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (ART. 40, § 4º, LEF) .....	486
19. IMPOSTOS EM ESPÉCIE .....	487
20.1. IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS) .....	487
20.2. IR RETIDO NA FONTE (IRRF) .....	489
20.3. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA RETIDA NA FONTE .....	490
20.4. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE QUALISQUER BENS OU DIREITOS (ITCMD) .....	491
20.5. IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (IPVA) .....	492
21. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (ARTS. 194 A 208, CTN) .....	492
22. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO .....	494

## **PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS**

1. ACESSO À JUSTIÇA, DEFESA TÉCNICA DOS HIPOSSUFICIENTES E REDE GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA A APLICAÇÃO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948) E CONVENÇÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA, 1969) .....	497
--	-----

2. ASPECTOS RELEVANTES DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA NO BRASIL .....	498
3. OS MODELOS TEÓRICOS DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA .....	500
4. INTERPRETAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, E DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL .....	501
5. A DEFENSORIA PÚBLICA NO SISTEMA CONSTITUCIONAL DE JUSTIÇA .....	503
5.1. A DEFENSORIA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS ....	504
6. ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL, ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E GRATUIDADE JUDICIÁRIA .....	505
7. LEI ORGÂNICA NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA (LEI COMPLEMENTAR Nº 80/94, ATUALIZADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 132/09) .....	506
8. LEI NACIONAL Nº 1.060/50 .....	508
9. LEI ORGÂNICA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS (LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 130/2017) .....	509
10. JURISPRUDÊNCIA EM TESES E ENUNCIADOS DE SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SOBRE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA .....	523
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	525

## **DIREITO CIVIL**

1. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO .....	529
1.1. NATUREZA JURÍDICA DA LEI .....	529
1.2. VIGÊNCIA .....	529
1.3. REVOGAÇÃO DAS LEIS .....	529
1.4. REPRISTINAÇÃO .....	529
1.5. CARACTERÍSTICAS DA NORMA JURÍDICA E SUA APLICAÇÃO .....	530
1.6. PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DAS LEIS .....	530
1.7. AS FORMAS DE INTEGRAÇÃO DA NORMA JURÍDICA. ART. 4º .....	530
1.8. APLICAÇÃO DA NORMA JURÍDICA NO TEMPO .....	531
1.9. BREVE ANÁLISE DAS INCLUSÕES FEITAS NA LEI DE INTRODUÇÃO PELA LEI 13.655/2018. REPERCUSSÕES PARA O DIREITO PÚBLICO .....	531
1.10. DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: JURISPRUDÊNCIA .....	534
2. PESSOAS NATURAIS .....	534
2.1. EXISTÊNCIA .....	534
2.2. DIREITOS DA PERSONALIDADE .....	536
2.3. DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA SOBRE PESSOA NATURAL .....	540
2.4. DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL .....	542
2.5. AUSÊNCIA .....	543

3.	PESSOA JURÍDICA .....	543
3.1.	TEORIAS .....	543
3.2.	ASSOCIAÇÕES .....	544
3.3.	FUNDAÇÕES .....	546
3.4.	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA (“DISREGARD THEORY”) .....	548
4.	BENS .....	549
4.1.	CLASSIFICAÇÃO DOS BENS .....	549
4.2.	BENS IMÓVEIS .....	550
4.3.	DOS BENS MÓVEIS .....	550
4.4.	DOS BENS FUNGÍVEIS E CONSUMÍVEIS .....	551
4.5.	DOS BENS DIVISÍVEIS .....	551
4.6.	DOS BENS SINGULARES E COLETIVOS .....	551
4.7.	DOS BENS RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS .....	551
4.8.	DAS PERTENÇAS .....	551
4.9.	BENFEITORIAS .....	552
4.10.	BENS PÚBLICOS .....	552
4.11.	QUADRO RESUMO .....	553
5.	ATO E FATO JURÍDICO .....	553
5.1.	ATO JURÍDICO .....	553
5.2.	FATO JURÍDICO .....	554
6.	NEGÓCIO JURÍDICO .....	554
6.1.	CONCEITO .....	554
6.2.	INTERPRETAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO .....	554
6.3.	VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO .....	554
6.4.	DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO .....	555
6.5.	DA CONDIÇÃO, DO TERMO E DO ENCARGO .....	559
7.	ATOS JURÍDICOS .....	560
8.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA .....	561
8.1.	PRESCRIÇÃO .....	561
8.2.	DECADÊNCIA .....	563
9.	PROVA .....	563
9.1.	TIPOS DE PROVA .....	563
9.2.	CONFISSÃO .....	564
9.3.	DOCUMENTO .....	564
9.4.	TESTEMUNHAS .....	564
9.5.	PERÍCIA .....	564

10. OBRIGAÇÕES .....	565
10.1. CONCEITO .....	565
10.2. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS .....	565
10.3. FONTES .....	565
10.4. OBRIGAÇÃO DE DAR .....	565
10.5. OBRIGAÇÃO DE FAZER .....	566
10.6. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER .....	566
10.7. OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS .....	566
10.7.1. SOLIDARIEDADE PASSIVA .....	567
10.8. TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES .....	568
10.9. DO ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES .....	569
10.10. DO PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO .....	571
10.11. DO PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO .....	572
10.12. IMPUTAÇÃO AO PAGAMENTO .....	573
10.13. DA DAÇÃO EM PAGAMENTO .....	573
10.14. DA NOVAÇÃO .....	574
10.15. DA COMPENSAÇÃO .....	574
10.16. REMISSÃO DAS DÍVIDAS .....	575
10.17. INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES .....	575
10.18. DA MORA .....	576
10.19. DAS PERDAS E DANOS, DOS JUROS LEGAIS .....	577
10.20. CLÁUSULA PENAL .....	577
10.21. ARRAS OU SINAL .....	578
11. CONTRATOS .....	579
11.1. CONCEITO .....	579
11.2. LIBERDADE DE CONTRATAR .....	579
11.3. PRINCÍPIOS .....	579
11.4. FIGURAS PARCELARES DA BOA-FÉ .....	579
11.5. CONTRATO DE ADESÃO .....	580
11.6. CONTRATOS ATÍPICOS .....	580
11.7. PACTA CORVINA .....	580
11.8. PROPOSTA .....	580
11.9. LUGAR DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO .....	581
11.10. ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO .....	581
11.11. DOS VÍCIOS REDIBITÓRIO .....	581
11.12. EVICÇÃO .....	581
11.13. CONTRATOS ALEATÓRIOS .....	582

11.14.SÚMULAS .....	582
11.15.EXTINÇÃO DOS CONTRATOS .....	583
11.16.CONTRATO DE COMPRA E VENDA .....	584
11.16.1. CONCEITO .....	584
11.16.2. OBJETO .....	584
11.16.3. VENDA POR AMOSTRAS .....	584
11.16.4. FIXAÇÃO DO PREÇO .....	584
11.16.5. DESPESAS .....	585
11.16.6. RISCOS DA COISA .....	585
11.16.7. LUGAR DA TRADIÇÃO .....	585
11.16.8. VENDA DE ASCENDENTE PARA DESCENDENTE .....	585
11.16.9. NÃO PODEM SER COMPRADOS EM HASTA PÚBLICA .....	585
11.16.10. COMPRA E VENDA ENTRE CÔNJUGES .....	586
11.16.11. VENDA AD MENSURAM E VENDA AD CORPUS .....	586
11.16.12. DEFEITO OCULTO NAS COISAS VENDIDAS CONJUNTAMENTE .....	586
11.16.13. VENDA DE COISA INDIVISÍVEL .....	586
11.16.14. RETROVENDA .....	586
11.16.15. PREEMPÇÃO OU PREFERÊNCIA .....	587
11.16.16. VENDA COM RESERVA DE DOMÍNIO .....	587
11.16.17. DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: SÚMULAS .....	587
11.17.DO CONTRATO ESTIMATÓRIO .....	588
11.18.DA DOAÇÃO .....	588
11.19.CONTRATO DE TRANSPORTE .....	590
11.20.CONTRATO DE SEGURO .....	591
11.21.DO DEPÓSITO .....	594
11.22.DO MANDATO .....	595
11.23.DA FIANÇA .....	596
11.24.DO EMPRÉSTIMO .....	597
11.25.DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: JURISPRUDÊNCIA SOBRE CONTRA- TOS EM ESPÉCIE .....	597
12. RESPONSABILIDADE CIVIL .....	598
12.1. DICA DE PROF.KAROLARRUDA .....	601
12.2. JURISPRUDÊNCIA .....	602
12.3. DICAS GERAIS DA @PROF.KAROLARRUDA .....	603
13. PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS .....	603
14. POSSE .....	604
14.1. CONCEITO .....	604

14.2. DETENÇÃO .....	604
14.3. PODERES INERENTES À PROPRIEDADE .....	605
14.4. TEORIAS JUSTIFICADORAS DA POSSE .....	605
14.5. TIPOS DE POSSE .....	605
14.6. COMPOSSE .....	605
14.7. QUANTO AOS VÍCIOS OBJETIVOS DA POSSE .....	605
14.8. QUANTO AOS VÍCIOS SUBJETIVOS .....	606
14.9. QUANTO AO TÍTULO .....	606
14.10. QUANTO AO TEMPO .....	607
14.11. QUANTO AOS EFEITOS .....	607
14.12. AQUISIÇÃO DA POSSE .....	607
14.13. QUEM PODE ADQUIRIR A POSSE .....	607
14.14. ATOS DE MERA PERMISSÃO .....	607
14.15. EFEITOS DA POSSE .....	608
14.16. POSSUIDOR DE BOA-FÉ .....	608
14.17. POSSUIDOR DE MÁ-FÉ .....	608
14.18. POSSE E PROCESSO CIVIL .....	609
14.19. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS .....	609
14.20. LEGÍTIMA DEFESA E DESFORÇO IMEDIATO (ART. 1.210, §1º, DO CC) ....	609
15. DIREITOS REAIS .....	609
15.1. PROPRIEDADE .....	610
15.1.1. CONCEITO .....	610
15.1.2. ATRIBUTOS (ART. 1.228) .....	611
15.1.3. PROPRIEDADE LIMITADA .....	611
15.1.4. CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DE PROPRIEDADE .....	611
15.1.5. FUNÇÃO SOCIAL E SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE .....	611
15.1.6. PROIBIÇÕES .....	611
15.1.7. EXTENSÃO DA PROPRIEDADE DO SOLO .....	611
15.1.8. PRIVAÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE .....	612
15.1.9. PERDA DA PROPRIEDADE .....	612
15.1.10. USUCAPIÃO .....	612
15.1.11. SÚMULAS, INFORMATIVOS E ENUNCIADOS .....	616
15.2. SUPERFÍCIE .....	617
15.3. SERVIDÕES .....	617
15.4. USUFRUTO .....	619
15.5. USO .....	619
15.6. HABITAÇÃO .....	619

15.7. DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR .....	619
15.8. DIREITOS REAIS DE GARANTIA .....	620
16. LEI Nº 6.015/1973 E ALTERAÇÕES (REGISTRO DE IMÓVEIS) .....	621
16.1. NOÇÕES GERAIS .....	621
16.2. PROCEDIMENTO DE DÚVIDA .....	621
17. LEI Nº 10.741/2003 (ESTATUTO DO IDOSO). .....	622
17.1. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	623
17.2. DO ACESSO À JUSTIÇA .....	624
18. LOCAÇÃO E A FAZENDA PÚBLICA .....	624
19. DIREITO DE FAMÍLIA .....	625
19.1. CASAMENTO .....	626
19.1.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	626
19.1.2. EFEITOS PATRIMONIAIS DO CASAMENTO, REGIME DE BENS, NOME .....	628
19.1.3. SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA .....	629
19.2. UNIÃO ESTÁVEL .....	631
19.3. DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO .....	632
19.3.1. SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA .....	634
19.4. ALIMENTOS .....	635
19.4.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	635
19.4.2. SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA .....	637
19.5. DA TUTELA, DA CURATELA E DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA .....	639
20. DO DIREITO DAS SUCESSÕES. DA SUCESSÃO EM GERAL. DA SUCESSÃO LE- GÍTIMA. DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA. DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA ....	641
20.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	641
20.2. DO TESTAMENTO .....	644
20.3. INDIGNIDADE E DESERDAÇÃO .....	645
20.4. DO FIDEICOMISSO .....	645
20.5. REVOGAÇÃO E ROMPIMENTO DO TESTAMENTO .....	646
20.6. SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA .....	647
21. ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA .....	649
22. ALIMENTOS GRAVÍDICOS (LEI Nº 11.804/2008) .....	656
23. BEM DE FAMÍLIA (LEI Nº 8.009/90) .....	656
23.1. JURISPRUDÊNCIA .....	657
23.2. SÚMULAS .....	657
24. RESOLUÇÃO 175/2013 CNJ .....	658

**DIREITO DO CONSUMIDOR**

1. NATUREZA JURÍDICA DAS NORMAS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....	661
2. RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO .....	661
2.1. FORNECEDOR .....	661
2.2. CONSUMIDOR .....	662
2.3. OBJETO DA RELAÇÃO DE CONSUMO .....	662
3. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO .....	662
4. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS .....	664
4.1. TEORIA DOS VÍCIOS .....	664
4.2. RESPONSABILIDADE CIVIL PELO ACIDENTE DE CONSUMO: PELO FATO DO PRODUTO .....	665
4.3. RESPONSABILIDADE CIVIL PELOS ACIDENTES DE CONSUMO: PELO FATO DO SERVIÇO .....	666
4.4. EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO E DO SERVIÇO .....	666
4.5. RESPONSABILIDADE DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS: A CULPA DO PROFISSIONAL LIBERAL. O ÔNUS DA PROVA .....	667
5. TEORIA DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS .....	668
6. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA .....	669
7. DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA .....	670
8. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS .....	671
8.1. DA OFERTA .....	671
8.2. DA PUBLICIDADE .....	672
8.3. COBRANÇA DE DÍVIDAS; CADASTRO DE CONSUMIDORES E FORNECEDORES .....	673
9. DA PROTEÇÃO CONTRATUAL .....	674
9.1. CLÁUSULAS CONTRATUAIS ABUSIVAS .....	675
9.2. CONTRATOS DE ADESÃO .....	677
10. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO .....	678
11. O SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....	680
12. DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA .....	680
12.1. SÚMULAS .....	680
12.2. JURISPRUDÊNCIA .....	682
12.2.1. DIREITOS DO CONSUMIDOR .....	683
12.2.2. RESPONSABILIDADE CIVIL .....	687
12.2.3. CADASTRO DE CONSUMIDORES E CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO .....	691

12.2.4. PRESCRIÇÃO .....	693
12.2.5. CONTRATOS DE CONSUMO .....	693
12.2.6. PLANO DE SAÚDE .....	697
13. ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA: LEI 14.181/2021- LEI DO SUPERENDIVIDAMENTO .....	701

## **DIREITO EMPRESARIAL**

1. DIREITO DE EMPRESA .....	717
1.1. CONCEITO E CONTEÚDO .....	717
1.2. DA EMPRESA E DO EMPRESÁRIO .....	717
1.3. ATOS EMPRESARIAIS .....	718
1.4. SOCIEDADE SIMPLES .....	719
1.5. SOCIEDADE EMPRESÁRIA .....	719
1.5.1. SOCIEDADE EM NOME COLETIVO (ARTS. 1.039 A 1.044 DO CC/02) .....	720
1.5.2. SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES (ARTS. 1.045 A 1.051 DO CC/02) .....	720
1.5.3. SOCIEDADE LIMITADA (ARTS. 1.052 A 1.087 DO CC/02) .....	720
1.6. EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI) .....	722
1.7. DAS SOCIEDADES COLIGADAS (ARTS. 1.097 A 1.101 DO CC/02) .....	723
1.8. OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS .....	723
1.9. DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE .....	724
1.10. DO ESTABELECIMENTO .....	724
1.11. DA ALIENAÇÃO DO ESTABELECIMENTO .....	725
1.11.1. AVIAMENTO .....	726
1.11.2. PONTO COMERCIAL .....	726
1.12. NOME EMPRESARIAL .....	727
1.13. DOS PREPOSTOS .....	728
1.14. PERSONALIDADE JURÍDICA .....	728
1.15. MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006) .....	729
2. TÍTULOS DE CRÉDITO .....	730
2.1. DISPOSIÇÕES GERAIS .....	730
2.2. TÍTULOS AO PORTADOR .....	731
2.3. TÍTULOS À ORDEM E TÍTULOS NOMINATIVOS .....	731
2.4. ACEITE, AVAL, ENDOSSO E PROTESTO .....	732
2.4.1. ACEITE .....	732
2.4.2. AVAL .....	732

2.4.3. ENDOSSO .....	732
2.4.4. PROTESTO .....	733
2.5. TÍTULOS EM ESPÉCIE .....	733
2.5.1. LETRA DE CÂMBIO .....	733
2.5.2. NOTA PROMISSÓRIA .....	734
2.5.3. DUPLICATAS .....	734
2.5.4. CHEQUE .....	735
3. ARRENDAMENTO MERCANTIL .....	736
3.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA .....	736
3.2. CONCEITO .....	737
3.3. ELEMENTOS DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL .....	737
3.4. OBRIGAÇÕES DOS SUJEITOS .....	738
3.5. MODALIDADES DE LEASING .....	739
3.6. REVISÃO E CLÁUSULAS ABUSIVAS .....	739
4. DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA .....	741

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

1. DEFENSORIA PÚBLICA. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 80/94 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 130/2017 .....	745
2. NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015) .....	745
2.1 CONSTITUIÇÃO E PROCESSO .....	745
2.2. A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NO PROCESSO CIVIL .....	745
2.3. CONTEÚDO JURÍDICO DO DIREITO DE ACESSO À TUTELA JURISDICCIONAL DO ESTADO .....	746
3. NORMAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL .....	747
3.1. NATUREZA JURÍDICA .....	747
3.2. FONTES .....	747
3.3. INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO .....	747
3.4. DIREITO PROCESSUAL INTERTEMPORAL .....	747
3.5. PRINCÍPIOS INFRACONSTITUCIONAIS DO PROCESSO CIVIL .....	748
4. JURISDIÇÃO: CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, PRINCÍPIOS E ESPÉCIES .....	748
4.1. MEIOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: AUTOTUTELA, AUTOCOMPOSIÇÃO (CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO), ARBITRAGEM E TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS. RESOLUÇÃO CNJ Nº 125/2010. LEI DE MEDIAÇÃO (LEI Nº 13.140/2015). .....	749
4.2. COMPETÊNCIA .....	750
4.3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL .....	751

4.4.	MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA E CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO	752
4.5.	<i>KOMPETENZ KOMPETENZ</i>	753
4.6.	<i>PERPETUATIO JURISDICTIONIS</i>	753
4.7.	DEMAIS REGRAS SOBRE COMPETÊNCIA	753
4.8.	MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA	755
4.9.	INCOMPETÊNCIA	755
4.10.	ATOS CONCERTADOS	756
4.11.	DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA	756
5.	AÇÃO: TEORIAS, CLASSIFICAÇÃO, ELEMENTOS E CUMULAÇÃO. TEORIA DA ASSERÇÃO	759
5.1.	TEORIAS DA AÇÃO	759
6.	PROCESSO: PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS, ATOS PROCESSUAIS, VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS, LUGAR, TEMPO E FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS, COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS. PRECLUSÃO.	760
6.1.	PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	760
6.2.	ATOS PROCESSUAIS	761
6.2.1.	DA FORMA	761
6.2.2.	DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS	761
6.2.3.	COMUNICAÇÃO DOS ATOS	762
6.2.4.	DA CITAÇÃO	762
6.2.5.	DAS NULIDADES	763
6.2.6.	PRECLUSÃO	763
7.	SUJEITOS DO PROCESSO, PARTES, CAPACIDADE, DEVERES E RESPONSABILIDADE POR DANO PROCESSUAL, SUBSTITUIÇÃO, SUCESSÃO. LITISCONSÓRCIO. ASSISTÊNCIA. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS: TÍPICAS E ATÍPICAS. AMICUS CURIAE. JUIZ E AUXILIARES DA JUSTIÇA. MINISTÉRIO PÚBLICO. ADVOCACIA PÚBLICA. DEFENSORIA PÚBLICA. A INTERVENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA COMO CUSTOS <i>VULNERABILIS</i>	764
7.1.	SUJEITOS PROCESSUAIS	764
7.1.1.	JUIZ: PODERES, DEVERES E RESPONSABILIDADE. IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÃO	764
7.1.2.	PARTES: CAPACIDADE/INCAPACIDADE, DEVERES, RESPONSABILIDADE POR DANO PROCESSUAL, SUBSTITUIÇÃO, SUCESSÃO, LITISCONSÓRCIO, ASSISTÊNCIA, INTERVENÇÃO DE TERCEIROS E <i>AMICUS CURIAE</i>	767
7.2.	AUXILIARES DA JUSTIÇA. MINISTÉRIO PÚBLICO. ADVOCACIA PÚBLICA. DEFENSORIA PÚBLICA. A INTERVENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA COMO CUSTOS <i>VULNERABILIS</i>	773
7.2.1.	AUXILIARES DA JUSTIÇA	773
7.2.2.	MINISTÉRIO PÚBLICO	773

7.2.3. ADVOCACIA PÚBLICA .....	774
7.2.4. DEFENSORIA PÚBLICA – ATUAÇÃO COMO CUSTOS <i>VULNERABILIS</i> .....	774
8. DA TUTELA PROVISÓRIA. TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA DA EVIDÊNCIA. TUTELA ANTECEDENTE E INCIDENTE. ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA .....	775
8.1. DA TUTELA PROVISÓRIA .....	775
8.1.1. TIPOS .....	775
8.1.2. NATUREZA .....	776
8.1.3. MODO .....	777
8.2. ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE .....	777
9. PROCEDIMENTO COMUM: PETIÇÃO INICIAL, INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL, IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO, RESPOSTAS DO RÉU, REVELIA, PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO, JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO, AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, PROVAS, SENTENÇA E COISA JULGADA .....	779
9.1. PROCEDIMENTO COMUM .....	779
9.1.1. PETIÇÃO INICIAL (ARTIGOS 319 AO 321 DO CPC) .....	780
9.2. AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO (ARTIGO 334 DO CPC) ....	783
9.3. RESPOSTAS DO RÉU E REVELIA (ARTIGOS 335 A 342 E 344 A 346 DO CPC) .....	784
9.4. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO, JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, PROVAS, SENTENÇA E COISA JULGADA .....	785
9.4.1. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO .....	785
9.4.2. DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO .....	786
9.4.3. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, PROVAS, SENTENÇA E COISA JULGADA .....	788
10. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA .....	793
11. DO PROCEDIMENTO. TEORIA GERAL DO PROCEDIMENTO. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA .....	797
12. PROVAS. OBJETO, FONTE E MEIOS. ADMISSIBILIDADE. PROVAS TÍPICAS E ATÍPICAS. PROVAS ILÍCITAS. ÔNUS DA PROVA. PROVAS EM ESPÉCIE E SUA PRODUÇÃO .....	800
12.1. PROVAS (ARTIGOS 369 A 484 DO CPC) .....	800
12.2. OBJETO .....	800
12.3. FONTES/MEIOS .....	800
12.4. ADMISSIBILIDADE .....	801
12.5. PROVAS – TÍPICAS E ATÍPICAS .....	801

12.6. PROVAS ILÍCITAS .....	801
12.7. ÔNUS DA PROVA .....	801
12.8. PROVAS EM ESPÉCIE E SUA PRODUÇÃO .....	803
13. PROCESSO DE EXECUÇÃO: ESPÉCIES, PROCEDIMENTOS, EXECUÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA, EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES DE FAZER OU DE NÃO FAZER, EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA, EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. DEFESAS DO DEVEDOR E DE TERCEIROS NA EXECUÇÃO. AÇÕES PREJUDICIAIS À EXECUÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO .....	806
14. PROCESSO NOS TRIBUNAIS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS: ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS: INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA, INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE, CONFLITO DE COMPETÊNCIA, HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA, AÇÃO RESCISÓRIA, INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E RECLAMAÇÃO ....	813
15. RECURSOS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO. PRINCÍPIOS. PRAZOS. EMBARGOS INFRINGENTES, REEXAME NECESSÁRIO, AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE ATO PROCESSUAL E <i>QUERELA NULLITATIS</i> . RECURSOS NOS TRIBUNAIS SUPERIORES. REGIMENTO INTERNO DO TJ/GO, DO STJ E STF. LEI FEDERAL Nº 8.038/90. LEI FEDERAL Nº 11.417/06 .....	815
15.1. CONCEITO DE RECURSO .....	815
15.1.1. APELAÇÃO .....	815
15.1.2. AGRAVO DE INSTRUMENTO .....	816
15.1.3. AGRAVO INTERNO .....	817
15.1.4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....	818
15.1.5. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE RECURSOS REPETITIVOS .....	818
15.1.6. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA .....	819
15.2. PRINCÍPIOS .....	820
15.3. REEXAME NECESSÁRIO .....	821
15.4. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE ATO PROCESSUAL E <i>QUERELA NULLITATIS</i> .....	821
15.5. REGIMENTO INTERNO DO TJ/GO .....	822
15.6. LEI FEDERAL 8.038/90 .....	822
15.7. LEI FEDERAL 11.417/06 .....	828
16. PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA .....	830

17. A FAZENDA PÚBLICA COMO PARTE NO PROCESSO: POLOS ATIVOS E PASSIVO. PRERROGATIVAS. TUTELA PROVISÓRIA E TUTELA ESPECÍFICA. AÇÃO DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO. A FAZENDA NOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS. JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL .....	830
17.1. PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA FAZENDA PÚBLICA .....	830
17.2. DOS PRAZOS E DA INTIMAÇÃO PESSOAL DA FAZENDA PÚBLICA .....	831
17.3. A CITAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA .....	832
17.4. DA TUTELA PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA .....	832
17.4.1. TUTELA DE EVIDÊNCIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA .....	833
17.5. A FAZENDA PÚBLICA NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS .....	833
18. AÇÃO DE USUCAPIÃO. USUCAPIÃO COMO MATÉRIA DE DEFESA .....	844
19. PROCESSO COLETIVO. MICROSSISTEMA DE TUTELA COLETIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E DEMAIS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO TRANSINDIVIDUAL .....	844
20. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO CONSTITUCIONAL .....	845
21. HABEAS CORPUS, HABEAS DATA E MANDADO DE INJUNÇÃO .....	845
22. RECLAMAÇÃO .....	845
23. AÇÃO POPULAR .....	845
24. MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO .....	845
25. AÇÕES POSSESSÓRIAS E PETITÓRIAS .....	845
25.1. AÇÕES POSSESSÓRIAS .....	845
25.2. PROCEDIMENTO ESPECIAL DAS POSSESSÓRIAS E PETITÓRIAS NAS INVASÕES COLETIVAS .....	847
26. AÇÕES DE ALIMENTOS. LEI DE ALIMENTOS E DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	847
27. AÇÕES DECLARATÓRIA E NEGATÓRIA DE VÍNCULO PARENTAL (EM VIDA E PÓSTUMA) .....	847
28. SEPARAÇÃO, DIVÓRCIO DIRETO E MEDIANTE CONVERSÃO. DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL (EM VIDA E PÓSTUMA). SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAIS .....	848
28.1. SEPARAÇÃO, DIVÓRCIO DIRETO E MEDIANTE CONVERSÃO. UNIÃO ESTÁVEL. ....	848
28.2. RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO/EXTINÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL (EM VIDA OU PÓS MORTE) .....	848
28.3. SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAIS .....	849
29. INVENTÁRIO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL. ARROLAMENTO. ALVARÁ .....	849
29.1. INVENTÁRIO JUDICIAL .....	849
29.2. DO ARROLAMENTO .....	852
29.3. INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL .....	853
29.4. ALVARÁ JUDICIAL .....	853
30. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS .....	854
30.1. ENUNCIADOS .....	854

31. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA: ASPECTOS PROCESSUAIS .....	864
32. PROCESSO ELETRÔNICO. RESOLUÇÃO CNJ Nº 345/2020, Nº 372/2021 E Nº 385/2021 .....	867
32.1. RESOLUÇÃO CNJ Nº 345/2020 .....	867
32.2. RESOLUÇÃO CNJ Nº 372/2021 .....	868
32.3. RESOLUÇÃO CNJ Nº 385/2021 .....	868
33. A DEFENSORIA PÚBLICA E O EXERCÍCIO DA CURADORIA ESPECIAL .....	870

## **DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS**

1. INTRODUÇÃO .....	873
2. TEORIA GERAL DO PROCESSO COLETIVO .....	873
3. PRINCÍPIOS DO PROCESSO COLETIVO .....	879
4. A LEGITIMIDADE ATIVA NAS AÇÕES COLETIVAS .....	882
5. DEFENSORIA PÚBLICA E A LEGITIMIDADE ATIVA .....	883
6. TÓPICOS PARA REVISÃO RÁPIDA DO EDITAL .....	884

## **DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO ..... 911**

1. PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO, DA PRECAUÇÃO E O "IN DUBIO PRO NATURA" ...	915
2. PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR E DO PROTETOR-RECEBEDOR .....	917
3. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE E GESTÃO DEMOCRÁTICA .....	919
4. FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE .....	919
5. PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO, DA COOPERAÇÃO E DA EQUIDADE INTERGERACIONAL .....	919
6. PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO AMBIENTAL .....	920
7. RESPONSABILIDADE COMUM, MAS DIFERENCIADA .....	921

## **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

PARADIGMAS LEGISLATIVOS EM MATÉRIA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE: DA ABSOLUTA INDIFERENÇA À PROTEÇÃO INTEGRAL .....	969
A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NA NORMATIVA INTERNACIONAL. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA. CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA. CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS. CONVENÇÃO RELATIVA À PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E À COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL. REGRAS MÍNIMAS DA ONU: PARA PROTEÇÃO DOS JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE E PARA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (REGRAS DE BEIJING). DIRETRIZES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL. CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO (CNA) .....	971
1. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS DA CRIANÇA DE 1959 .....	971

2.	CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA .....	972
3.	CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS .....	973
4.	CONVENÇÃO RELATIVA À PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E À COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL .....	974
5.	REGRAS MÍNIMAS DA ONU: PARA PROTEÇÃO DOS JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE E PARA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (REGRAS DE BEIJING) .....	974
6.	DIRETRIZES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL .....	975
7.	CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO (CNA) .....	976
8.	OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....	976
8.1.	INIMPUTABILIDADE PENAL DECORRENTE DA CONDIÇÃO ETÁRIA .....	977
9.	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI Nº 8.069/90) .....	978
9.1.	DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....	978
9.1.1.	PROTEÇÃO INTEGRAL .....	978
9.1.2.	DEFINIÇÃO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE .....	978
9.1.3.	ALGUNS PRINCÍPIOS QUE REGEM O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....	979
10.	DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....	979
10.1.	DIREITO À VIDA E À SAÚDE .....	979
10.2.	PROTEÇÃO À PRIMEIRA INFÂNCIA .....	980
10.3.	DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE .....	981
10.4.	DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER .....	982
10.5.	DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	984
10.6.	DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA .....	985
10.7.	PROCEDIMENTO CASO A GESTANTE OU MÃE MANIFESTE INTERESSE DE ENTREGAR O FILHO PARA ADOÇÃO .....	986
10.8.	APADRINHAMENTO .....	987
10.9.	PARENTALIDADE E PODER FAMILIAR .....	987
10.10.	AÇÃO DE PERDA OU SUSPENSÃO DO PODER FAMILIAR .....	989
10.11.	FAMÍLIA SUBSTITUTA .....	990
10.12.	GUARDA .....	990
10.13.	TUTELA .....	991
10.14.	ADOÇÃO .....	991
10.15.	DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO ..	996
11.	DA PREVENÇÃO .....	997
11.1.	AUTORIZAÇÃO PARA VIAJAR .....	998

12. DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO .....	999
12.1. CONSELHOS TUTELARES, CONSELHOS E FUNDOS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....	999
12.2. ENTIDADES DE ATENDIMENTO .....	1002
13. MEDIDAS DE PROTEÇÃO .....	1002
14. DA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL .....	1004
14.1. ALGUNS DIREITOS DO ADOLESCENTE .....	1005
14.2. FASE PRÉ-PROCESSUAL .....	1006
14.3. FASE PROCESSUAL .....	1009
14.4. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS .....	1010
14.5. SISTEMA RECURSAL NA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS .....	1013
14.6. DA INFILTRAÇÃO DE AGENTES DE POLÍCIA PARA A INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇA E DE ADOLESCENTE .....	1013
15. DA PROTEÇÃO JUDICIAL DOS INTERESSES INDIVIDUAIS, DIFUSOS E COLETIVOS .....	1014
16. DOS CRIMES E DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	1014
16.1. CRIMES EM ESPÉCIE MAIS RELEVANTES .....	1014
17. SINASE (SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO). RESOLUÇÃO Nº 119/2006 DO CONANDA E LEI FEDERAL Nº 12.594/2012 .....	1017
18. LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS (LEI FEDERAL Nº 8.742/1993). POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Nº 145/2004). TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS (RESOLUÇÃO Nº 109/09 DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) .....	1018
19. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB – LEI Nº 9.394/96) .....	1020
20. RESOLUÇÕES Nº 113/2006 E Nº 117/2006, AMBAS DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA), QUE DISPÕEM SOBRE OS PARÂMETROS PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, BEM COMO RESOLUÇÃO 169 TAMBÉM DO CONANDA QUE DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS .....	1021
21. PROTEÇÃO E DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PORTADORES DE TRANSTORNOS MENTAIS (LEI FEDERAL Nº 10.216/2001) .....	1022
22. PROVIMENTO Nº 32/2013 DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ .....	1023
23. RECOMENDAÇÃO Nº 49/2014 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA .....	1024
24. RESOLUÇÕES Nº 131/2011, 165/2012, 190/2014 E 191/2014 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA .....	1024

25. PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE – PPCAAM. DECRETO N. 6.231/2007 .....	1025
26. REVISÃO DE SÚMULAS RELEVANTES – ECA .....	1025

## **DIREITO PENAL**

1. DIREITO PENAL: CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS .....	1029
1.1. CONCEITO, FONTES, OBJETIVOS/FUNÇÕES .....	1029
1.2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIS .....	1031
1.3. CONSTITUIÇÃO E DIREITO PENAL .....	1035
1.4. O DIREITO PENAL E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO .....	1036
1.4.1. DIREITO PENAL E DIREITOS HUMANOS .....	1036
1.5. APLICAÇÃO DA LEI PENAL .....	1037
1.5.1. LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO. IMUNIDADE. CONDIÇÕES DE PUNIBILIDADE .....	1037
1.6. INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL .....	1044
2. GENEALOGIA DO PENSAMENTO PENAL. ....	1044
2.1. SOCIEDADES PRIMITIVAS .....	1044
2.2. ANTIGUIDADE .....	1046
2.2.1. DIREITO PENAL NA GRÉCIA .....	1047
2.2.2. DIREITO PENAL EM ROMA .....	1047
2.3. DIREITO PENAL MEDIEVAL .....	1048
2.3.1. DIREITO GERMÂNICO .....	1048
2.3.2. DIREITO PENAL CANÔNICO .....	1049
2.4. PERÍODO HUMANITÁRIO .....	1049
3. AS ESCOLAS PENAIS .....	1050
4. MODERNAS TENDÊNCIAS DO PENSAMENTO PENAL .....	1053
5. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL. HISTÓRIA DO PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO NO BRASIL .....	1056
6. TEORIA DO DELITO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, ELEMENTOS DO CRIME. BEM JURÍDICO-PENAL .....	1057
6.1. CONCEITOS, TEORIAS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA .....	1057
6.2. ELEMENTOS DO CRIME .....	1058
6.3. BEM JURÍDICO-PENAL .....	1058
7. TIPICIDADE .....	1058
7.1. TIPO PENAL .....	1058
7.2. ELEMENTOS DO TIPO .....	1059
7.3. CONDUTA (AÇÃO E OMISSÃO) .....	1060
7.4. NEXO DE CAUSALIDADE .....	1060



9.9.2.2.	OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA .....	1082
9.9.2.3.	CONSEQUÊNCIAS .....	1082
9.9.3.	POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE .....	1082
9.9.3.1.	PRINCIPAIS CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO .....	1083
9.9.3.2.	A (POTENCIAL) CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE NA TE- ORIA DO DELITO .....	1083
9.9.3.3.	EXCLUSÃO DA POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICI- TUDE (ERRO DE PROIBIÇÃO INEVITÁVEL) .....	1083
9.9.4.	CAUSAS SUPRALEGAIS EXCLUDENTES DE CULPABILIDADE .....	1084
10.	ARREPENDIMENTO POSTERIOR. CRIME IMPOSSÍVEL. CONCURSO DE AGEN- TES. ERRO NO DIREITO PENAL. PUNIBILIDADE. CONCURSO DE CRIMES .....	1084
10.1.	ARREPENDIMENTO POSTERIOR .....	1084
10.2.	CRIME IMPOSSÍVEL .....	1085
10.3.	CONCURSO DE AGENTES .....	1085
10.3.1.	AUTORIA DE PARTICIPAÇÃO .....	1086
10.3.2.	CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DE AUTORIA .....	1087
10.3.3.	TEORIAS ACERCA DA PARTICIPAÇÃO .....	1088
10.3.4.	CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DA PARTICIPAÇÃO .....	1088
10.4.	ERRO DE TIPO .....	1089
10.4.1.	ERRO DETERMINADO POR TERCEIRO .....	1089
10.4.2.	ERRO SOBRE A PESSOA .....	1090
10.4.3.	QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS, PARA O AGENTE, NO CASO DO ERRO SOBRE A PESSOA? .....	1090
10.4.4.	ERRO SOBRE A ILICITUDE DO FATO (ERRO DE PROIBIÇÃO) (TRA- TADO NO ITEM 9.9.3.3.) .....	1091
10.5.	PUNIBILIDADE .....	1091
10.6.	CONCURSO DE CRIMES .....	1091
11.	PENA .....	1092
11.1.	ESPÉCIES .....	1092
11.1.1.	PENAS (CONSTITUCIONALMENTE) VEDADAS NO BRASIL – ART. 5º, XLVII .....	1093
11.2.	CRITÉRIO PARA APLICAÇÃO DA PENA .....	1093
11.3.	TEORIAS DA PENA .....	1093
11.4.	CIRCUNSTÂNCIAS .....	1095
11.5.	AGRAVANTES E ATENUANTES .....	1095
11.5.1.	AGRAVANTES (ARTS. 61, 62 E 63, CP) .....	1095
11.5.2.	ATENUANTES (ART. 65, CP) .....	1096
11.6.	CAUSAS DE AUMENTO E DE DIMINUIÇÃO .....	1097
11.7.	CÁLCULO DA PENA .....	1098

11.8. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE .....	1098
11.8.1. CAUSAS GERAIS E ESPECÍFICAS E MOMENTOS DE OCORRÊNCIA .....	1099
11.8.1.1. PRESCRIÇÃO: CONCEITO, TEORIAS, PRAZOS PARA O CÁLCULO DA PRESCRIÇÃO, TERMOS INICIAIS, CAUSAS SUSPENSIVAS OU IMPEDITIVAS, CAUSAS INTERRUPTIVAS .....	1101
11.8.1.2. OUTRAS CAUSAS IMPEDITIVAS E SUSPENSIVAS DA PRESCRIÇÃO .....	1103
12. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA .....	1105
12.1. MODALIDADES .....	1106
12.2. REQUISITOS .....	1106
12.3. MOMENTO ADEQUADO E JUÍZO COMPETENTE PARA A CONCESSÃO .....	1106
12.4. CONDIÇÕES .....	1106
12.5. REVOGAÇÃO .....	1107
12.7. CASSAÇÃO .....	1107
12.7.1. HIPÓTESES DE PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE PROVA .....	1107
12.7.2. EXTINÇÃO DA PENA/CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES .....	1107
13. REABILITAÇÃO. ....	1108
13.1. FINALIDADES DA REABILITAÇÃO .....	1108
13.2. PRESSUPOSTO .....	1109
13.3. REQUISITOS .....	1110
13.4. COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DA REABILITAÇÃO .....	1110
13.5. PEDIDO E RECURSO NO PROCESSO DE REABILITAÇÃO .....	1110
13.6. REVOGAÇÃO DA REABILITAÇÃO .....	1111
14. DIREITO PENAL E SAÚDE MENTAL. MEDIDAS DE SEGURANÇA: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, CONCEITO, ESPÉCIES, EXECUÇÃO. LEI Nº 10.216/01. REFORMA PSIQUIÁTRICA. LEI 13.146/15 .....	1111
14.1. MODALIDADES .....	1111
14.2. PRAZOS .....	1111
15. CRIMES CONTRA A PESSOA .....	1112
16. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO .....	1133
17. CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL .....	1153
18. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO .....	1154
19. CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS .....	1160
20. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL .....	1162
21. CRIMES CONTRA A FAMÍLIA .....	1173
22. CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA .....	1179
23. CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA .....	1195
24. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA .....	1197
25. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	1211

**DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL**

1. PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA CADH .....	1247
2. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO PENAL INQUISITÓRIO E ACUSATÓRIO .....	1257
3. FONTES DO PROCESSO PENAL .....	1258
4. LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO .....	1259
5. INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL .....	1260
6. SISTEMAS DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR. INQUÉRITO POLICIAL. IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL .....	1263
7. MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA NA PERSECUÇÃO CRIMINAL. BUSCA E APREENSÃO. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. QUEBRA DE SIGILO TELEFÔNICO, BANCÁRIO E FISCAL. DELAÇÃO PREMIADA. PROVA. ÔNUS DA PROVA. PROCEDIMENTO PROBATÓRIO. GARANTIAS APLICÁVEIS À PROPOSIÇÃO, PRODUÇÃO E VALORAÇÃO DA PROVA. MEIOS DE PROVA. INDÍCIOS NO PROCESSO PENAL .....	1280
8. AÇÃO PENAL. DENÚNCIA E QUEIXA-CRIME .....	1298
9. AÇÃO CIVIL “EX DELICTO” .....	1303
10. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA .....	1304
11. SUJEITOS PROCESSUAIS .....	1324
12. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS .....	1330
13. PRISÃO EM FLAGRANTE. PRISÃO PREVENTIVA. PRISÃO TEMPORÁRIA. PRISÃO DOMICILIAR. RELAXAMENTO E LIBERDADE PROVISÓRIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO .....	1334
14. CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO. REVELIA .....	1350
15. SENTENÇA PENAL E COISA JULGADA. <i>EMENDATIO LIBELLI</i> E <i>MUTATIO LIBELLI</i> .....	1353
16. PROCESSO E PROCEDIMENTO. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS. PROCEDIMENTO COMUM E ESPECIAL. RITO ORDINÁRIO. RITO SUMÁRIO. RITO SUMARÍSSIMO. PROCEDIMENTO RELATIVO AO TRIBUNAL DO JÚRI. JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS .....	1356
17. NULIDADES .....	1367
18. RECURSOS .....	1370
19. AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO. REVISÃO CRIMINAL. <i>HABEAS CORPUS</i> . MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JURISDICIONAL PENAL .....	1374
20. LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL: ABUSO DE AUTORIDADE; CRIMES HEDIONDOS; ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA; TORTURA; CRIMES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO; PROTEÇÃO A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS; DESARMAMENTO; LEI DE DROGAS; VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER; TRÂNSITO; MEIO AMBIENTE; CRIMES DE PRECONCEITO; CRIMES CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO; ESTATUTO DO IDOSO; CRIMES DE FALÊNCIA; TORTURA; ECONOMIA POPULAR; ORDEM TRIBUTÁRIA; LAVAGEM DE DINHEIRO; PARCELAMENTO DO SOLO URBANO; CRIAÇÃO E ADOLESCENTE; CONTRA-VENÇÕES PENAIS .....	1377

21. PRERROGATIVAS E GARANTIAS DOS DEFENSORES PÚBLICOS RELACIONADAS COM O PROCESSO PENAL. ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA: ASPECTOS PROCESSUAIS .....	1422
22. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA .....	1425

## **DIREITO DA EXECUÇÃO PENAL**

1. FUNDAMENTOS DO DIREITO DE PUNIR. FUNÇÕES DA PENA. PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS LIMITADORES DO PODER PUNITIVO DO ESTADO. PRINCÍPIOS PENAIIS RELATIVOS À EXECUÇÃO PENAL. NATUREZA JURÍDICA E OBJETIVOS DA EXECUÇÃO PENAL. EXECUÇÃO PENAL DEFINITIVA E PROVISÓRIA. APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL AO PRESO PROVISÓRIO ..	1429
1.1. FUNDAMENTOS DO DIREITO DE PUNIR. FUNÇÕES DA PENA .....	1429
1.2. PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS LIMITADORES DO PODER PUNITIVO DO ESTADO .....	1429
1.3. PRINCÍPIOS PENAIIS RELATIVOS À EXECUÇÃO PENAL .....	1430
1.4. OBJETIVOS E NATUREZA JURÍDICA DA EXECUÇÃO PENAL .....	1431
1.5. EXECUÇÃO PENAL DEFINITIVA E PROVISÓRIA. APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL AO PRESO PROVISÓRIO .....	1431
2. DO OBJETO E DA APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIIS (LEI FEDERAL Nº 7.210/1984). DO CONDENADO E DO INTERNADO. DA CLASSIFICAÇÃO. DA ASSISTÊNCIA. DO TRABALHO. DIREITO DE VISITA. VISITA ÍNTIMA. REVISTA ÍNTIMA OU REVISTA VEXATÓRIA. RESOLUÇÃO Nº 4/2011 DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA (CNPCCP) .....	1432
2.1. DA CLASSIFICAÇÃO .....	1432
2.2. DA ASSISTÊNCIA .....	1432
2.3. DO TRABALHO .....	1433
2.4. DIREITO DE VISITA .....	1434
2.5. VISITA ÍNTIMA .....	1435
2.6. REVISTA ÍNTIMA OU REVISTA VEXATÓRIA .....	1435
3. DOS DEVERES, DOS DIREITOS E DA DISCIPLINA. DAS FALTAS DISCIPLINARES. DAS SANÇÕES E DAS RECOMPENSAS. DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES. DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. DO PROCEDIMENTO JUDICIAL .....	1436
3.1. DOS DEVERES .....	1436
3.2. DOS DIREITOS .....	1436
3.3. DA DISCIPLINA .....	1437
3.4. DAS FALTAS DISCIPLINARES .....	1437
3.5. REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO – RDD .....	1439
3.6. DAS SANÇÕES E DAS RECOMPENSAS .....	1440
3.7. DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES. DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. DO PROCEDIMENTO JUDICIAL .....	1441

4. DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. JUÍZO DA EXECUÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. CONSELHO PENITENCIÁRIO. DEPARTAMENTOS PENITENCIÁRIOS. PATRONATO. CONSELHO DA COMUNIDADE. DEFENSORIA PÚBLICA. A DEFENSORIA PÚBLICA COMO ÓRGÃO DA EXECUÇÃO PENAL. LEGITIMAÇÃO SOCIAL. A TUTELA INDIVIDUAL E COLETIVA DOS PRESOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA. PRERROGATIVAS DA DEFENSORIA PÚBLICA NA ATUAÇÃO EM EXECUÇÃO PENAL. LEI ORGÂNICA NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA. LEI FEDERAL Nº 12.313/2010. ATRIBUIÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA NA EXECUÇÃO PENAL .....	1442
4.1. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA .....	1442
4.2. JUÍZO DA EXECUÇÃO .....	1443
4.3. MINISTÉRIO PÚBLICO .....	1443
4.4. CONSELHO PENITENCIÁRIO .....	1444
4.5. DEPARTAMENTOS PENITENCIÁRIOS .....	1444
4.6. PATRONATO .....	1444
4.7. CONSELHO DA COMUNIDADE .....	1444
4.8. DEFENSORIA PÚBLICA. A DEFENSORIA PÚBLICA COMO ÓRGÃO DA EXECUÇÃO PENAL. LEGITIMAÇÃO SOCIAL. A TUTELA INDIVIDUAL E COLETIVA DOS PRESOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA. PRERROGATIVAS DA DEFENSORIA PÚBLICA NA ATUAÇÃO EM EXECUÇÃO PENAL. LEI ORGÂNICA NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA. LEI FEDERAL Nº 12.313/2010. ATRIBUIÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA NA EXECUÇÃO PENAL .....	1445
5. DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS. DA PENITENCIÁRIA. DA COLÔNIA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL OU SIMILAR. DA CASA DO ALBERGADO. DO CENTRO DE OBSERVAÇÃO. DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO. DA CADEIA PÚBLICA. DA FALTA DE VAGA NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS .....	1447
5.1. DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS .....	1447
5.2. PENITENCIÁRIA .....	1448
5.3. COLÔNIA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL OU SIMILAR .....	1449
5.4. CASA DO ALBERGADO .....	1449
5.5. CENTRO DE OBSERVAÇÃO .....	1449
5.6. HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO .....	1449
5.7. CADEIA PÚBLICA .....	1449
5.8. DA FALTA DE VAGA NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS .....	1449
6. DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE. DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE. DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO. DA SUSPENSÃO CONDICIONAL. DA PENA DE MULTA. DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA. DOS REGIMES. DA SOMA E DA UNIFICAÇÃO DE PENAS. DA PROGRESSÃO E REGRESSÃO DE REGIME. DO LIVRAMENTO CONDICIONAL. DAS AUTORIZA-	

ÇÕES DE SAÍDA. DA DETRAÇÃO E DA REMIÇÃO DE PENAS. REMIÇÃO POR LEITURA. DA TRANSFERÊNCIA DE PRESOS. DA MONITORAÇÃO ELETRÔNICA. DA EXTINÇÃO DE PENA .....	1450
6.1. DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE. DISPOSIÇÕES GERAIS. DETRAÇÃO .....	1450
6.2. DA SOMA E DA UNIFICAÇÃO DE PENAS .....	1450
6.3. DOS REGIMES. DA PROGRESSÃO E REGRESSÃO DE REGIME .....	1452
6.4. DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO .....	1454
6.5. DA PENA DE MULTA .....	1456
6.6. DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA .....	1457
6.7. DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA .....	1457
6.8. LIVRAMENTO CONDICIONAL .....	1457
6.9. REMIÇÃO DA PENA .....	1458
6.10. AUTORIZAÇÕES DE SAÍDA .....	1460
6.11. MONITORAÇÃO ELETRÔNICA .....	1462
6.12. EXTINÇÃO DA PENA .....	1462
7. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO PENAL. PROCEDIMENTO JUDICIAL. RECURSOS. HABEAS CORPUS. REVISÃO CRIMINAL. MANDADO DE SEGURANÇA. DOS INCIDENTES DE EXECUÇÃO. RESOLUÇÃO Nº 113/2010 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL .....	1462
7.1. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO PENAL. PROCEDIMENTO JUDICIAL .....	1462
7.2. RECURSOS. HABEAS CORPUS. REVISÃO CRIMINAL. MANDADO DE SEGURANÇA .....	1463
7.3. DOS INCIDENTES DE EXECUÇÃO .....	1463
7.4. RESOLUÇÃO Nº 113/2010 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA .....	1463
8. INDULTO, COMUTAÇÃO, ANISTIA, GRAÇA. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. DECRETOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA QUE CONCEDEM INDULTO E COMUTAÇÃO DE PENAS E DÃO OUTRAS PROVIDÊNCIAS: DECRETO PRESIDENCIAL Nº 8.615/2015, DECRETO PRESIDENCIAL Nº 8.940/2016 E DECRETO PRESIDENCIAL Nº 9.246/2017. DECRETOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA QUE CONCEDEM INDULTO ESPECIAL E COMUTAÇÃO DE PENAS ÀS MULHERES PRESAS, POR OCASIÃO DO DIA DAS MÃES: DECRETO PRESIDENCIAL DE 12 DE ABRIL DE 2017 E DECRETO PRESIDENCIAL Nº 9.370/2018 .....	1463
8.1. INDULTO, COMUTAÇÃO, GRAÇA E ANISTIA .....	1463
8.2. DECRETO 8.615/2015 .....	1464
8.3. DECRETO 8.940/2016 .....	1465
8.4. DECRETO 9.246/2017 .....	1465

8.5. DECRETO DE 12 DE ABRIL DE 2017 .....	1465
8.6. DECRETO 9.370/2018 .....	1466
9. CÓDIGO PENAL (DECRETO-LEI Nº 2.848/1940): DAS PENAS. DAS ESPÉCIES DE PENA. DA COMINAÇÃO DAS PENAS. DA APLICAÇÃO DA PENA. DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA. DO LIVRAMENTO CONDICIONAL. DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO. DA REABILITAÇÃO. DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA. DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE .....	1466
9.1. DAS PENAS. DAS ESPÉCIES DE PENA. DA COMINAÇÃO DAS PENAS. DA APLICAÇÃO DA PENA. DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA. DA REABILITAÇÃO. DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA. DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE .....	1466
9.2. LIVRAMENTO CONDICIONAL .....	1466
9.3. EFEITOS DA CONDENAÇÃO .....	1466
10. LEI DOS CRIMES HEDIONDOS (LEI FEDERAL Nº 8.072/1990). LEI DE DROGAS (LEI 11.343/2016) .....	1467
11. REGRAS MÍNIMAS PARA O TRATAMENTO DO PRESO DA ONU (REGRAS DE MANDELA). REGRAS MÍNIMAS PARA TRATAMENTO DO PRESO NO BRASIL (RESOLUÇÃO Nº 14/1994 DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA). CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANAS OU DEGRADANTES. CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR E PUNIR A TORTURA. REGRAS DE BANGKOK (REGRAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE MULHERES PRESAS E MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE PARA MULHERES INFRATORAS) .....	1468
11.1. CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANAS OU DEGRADANTES. CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR E PUNIR A TORTURA .....	1468
11.2. REGRAS MÍNIMAS PARA O TRATAMENTO DO PRESO DA ONU. REGRAS DE MANDELA. REGRAS MÍNIMAS PARA TRATAMENTO DO PRESO NO BRASIL (RESOLUÇÃO Nº 14/1994 DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA) .....	1468
11.3. REGRAS DE BANGKOK – REGRAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE MULHERES PRESAS E MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE PARA MULHERES INFRATORAS .....	1470

## CRIMINOLOGIA

1. SISTEMA PENAL E CONTROLE SOCIAL. POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA NO BRASIL. O ENCARCERAMENTO NO BRASIL: DADOS E PERSPECTIVAS. O SISTEMA PENAL BRASILEIRO .....	1475
1.1. SISTEMA PENAL E CONTROLE SOCIAL .....	1475
1.2. POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA NO BRASIL. O ENCARCERAMENTO NO BRASIL: DADOS E PERSPECTIVAS. O SISTEMA PENAL BRASILEIRO .....	1475

2. PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO. CRIMINALIZAÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA. VITIMOLOGIA E VITIMIZAÇÃO. POLÍCIA E SISTEMA PENAL. POLICIZAÇÃO E MILITARIZAÇÃO .....	1476
3. PRISIONIZAÇÃO E RELAÇÕES DE PODER PENITENCIÁRIAS. A PRISÃO NA SOCIEDADE MODERNA. PRISÃO E CAPITALISMO. FOUCAULT E A QUESTÃO PRISIONAL .....	1477
4. ESCOLA CLÁSSICA. POSITIVISMO CRIMINOLÓGICO. O POSITIVISMO CRIMINOLÓGICO NO BRASIL .....	1477
5. A ESCOLA DE CHICAGO. TEORIA DA ASSOCIAÇÃO DIFERENCIAL. TEORIA DA ANOMIA. FUNCIONALISMO NA CRIMINOLOGIA. TEORIA DA SUBCULTURA DELINQUENTE .....	1479
6. TEORIAS DA REAÇÃO SOCIAL. <i>LABELLING APPROACH</i> .....	1481
7. CRIMINOLOGIA CRÍTICA. MINIMALISMO E GARANTISMO PENAL. MARXISMO E A QUESTÃO CRIMINAL. O REALISMO CRIMINOLÓGICO DE ESQUERDA. A ESQUERDA PUNITIVA .....	1481
8. ABOLICIONISMO PENAL. VERTENTES DO ABOLICIONISMO PENAL .....	1482
9. MODERNAS TENDÊNCIAS DO PENSAMENTO CRIMINOLÓGICO E DE POLÍTICA CRIMINAL. A PRIVATIZAÇÃO DO CONTROLE PENAL. DIREITO PENAL SIMBÓLICO. MOVIMENTO DE LEI E ORDEM. TOLERÂNCIA ZERO. AUTORITARISMO E SISTEMA PENAL .....	1482
9.1. MODERNAS TENDÊNCIAS DO PENSAMENTO CRIMINOLÓGICO E DE POLÍTICA CRIMINAL. A PRIVATIZAÇÃO DO CONTROLE PENAL .....	1482
9.2. DIREITO PENAL SIMBÓLICO. MOVIMENTO DE LEI E ORDEM. TOLERÂNCIA ZERO. AUTORITARISMO E SISTEMA PENAL .....	1483
10. MÍDIA E SISTEMA PENAL. ANÁLISES CRIMINOLÓGICAS CONCRETAS. RACISMO E SISTEMA PENAL. GÊNERO E SISTEMA PENAL .....	1483
10.1. MÍDIA E SISTEMA PENAL .....	1483
10.2. ANÁLISES CRIMINOLÓGICAS CONCRETAS. RACISMO E SISTEMA PENAL .....	1484
10.3. GÊNERO E SISTEMA PENAL .....	1484
REFERÊNCIAS .....	1485